



Eixo Temático: Educação, Trabalho e Currículo Integrado

**EDUCAÇÃO FISCAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
currículo integrado, formação humana integral e emancipação**

**FISCAL EDUCATION IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION:
Integrated Curriculum, Holistic Human Development, and Empowerment**

Sabrina Tascheto Tamiosso¹

Taniamara Vizzotto Chaves²

RESUMO

Este artigo apresenta discussões de um estudo em andamento, desenvolvido no âmbito do mestrado ProfEPT do Instituto Federal Farroupilha, que busca compreender as relações entre Educação Fiscal e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com base na articulação entre trabalho e educação, formação humana integral e currículo integrado. Parte-se do entendimento de que o trabalho constitui pilar central da existência humana e fundamento da educação, o que fornece sustentação teórica para refletir sobre ações formativas que contribuam para a compreensão crítica da realidade. Nesse cenário, discutem-se a dualidade da educação brasileira, os fundamentos da EPT e o papel do currículo integrado na inserção interdisciplinar e transversal da Educação Fiscal. Trata-se de um ensaio teórico, de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico. As análises iniciais indicam que o currículo integrado possibilita a abordagem da Educação Fiscal na EPT, orientando processos educativos voltados à formação humana integral, à criticidade e à emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Currículo integrado. Educação Fiscal. Ensino Médio Integrado. Educação Profissional e Tecnológica. Formação humana integral.

ABSTRACT

This article presents discussions from an ongoing study, developed within the ProfEPT master's program at the Farroupilha Federal Institute, which seeks to understand the relationships between Fiscal Education and Professional and Technological Education (EPT), based on the articulation between work and education, integral human development, and integrated curriculum. It starts from the understanding that work constitutes a central pillar of human existence and the foundation of education, which provides theoretical support for reflecting on formative actions that contribute to a critical understanding of reality. In this scenario, the duality of Brazilian education, the foundations of EPT, and the role of the integrated curriculum in the interdisciplinary and transversal insertion of Fiscal Education are discussed. This is a theoretical essay, with a qualitative approach and bibliographic character.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), polo do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: sabrina.tamiosso@iffarroupilha.edu.br.

² Doutora em Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), polo do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: taniamara.chaves@iffarroupilha.edu.br.



Initial analyses indicate that the integrated curriculum enables the approach of Fiscal Education in EPT, guiding educational processes aimed at integral human development, critical thinking, and the emancipation of individuals.

Keywords: Integrated curriculum. Fiscal education. Integrated secondary education. Vocational and technological education. Holistic human development.

INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e educação é elemento central para compreender a formação humana, construída historicamente e marcada por contradições sociais. No contexto da EPT, essa relação assume papel fundamental, especialmente a partir da compreensão do trabalho como princípio educativo, que orienta ações formativas com vistas à emancipação dos sujeitos.

Entretanto, essa compreensão se desenvolve em meio aos reflexos históricos das políticas educacionais. Assim, a educação brasileira constitui-se sob perspectiva dual, marcada pela divisão entre capital e trabalho, que destinou uma escola às elites e outra à classe trabalhadora (Ramos, 2017). Essa condição acentuou as desigualdades sociais e determinou trajetórias distintas entre as classes. Tal dualidade revela que os processos educativos não são neutros, sendo influenciados pelas relações entre trabalho, produção e poder.

Nesse cenário, a EPT assume papel relevante, pois sua proposta político-pedagógica compromete-se com a busca pela superação dessa dualidade: “(...) é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos” (Pacheco, 2011, p. 15). Ao articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia, assume a formação humana integral como referência, compreendendo que a educação não se restringe à preparação para o mercado, mas ao mundo do trabalho, possibilitando aos estudantes a apropriação crítica dos saberes.

É nesse contexto que o currículo integrado assume papel fundamental. Mais do que organizar componentes curriculares, trata-se de uma proposta pedagógica que articula saberes e busca superar a fragmentação do conhecimento. Ao ir além da mera organização curricular, constitui-se como um dos principais modos de concretização da formação humana integral no Ensino Médio Integrado.



A partir dessas concepções, a Educação Fiscal apresenta-se como temática relevante. Ao abordar a relação entre Estado e cidadão, a função social dos tributos, os direitos sociais, as políticas públicas e a participação cidadã, favorece o olhar crítico dos estudantes sobre a realidade em que vivem.

Diante disso, o presente estudo, desenvolvido no âmbito do mestrado ProfEPT do Instituto Federal Farroupilha, propõe-se a refletir sobre as relações entre a Educação Fiscal e a EPT, com base na articulação entre trabalho e educação, nos fundamentos da formação humana integral e no currículo integrado, compreendido como elemento central para a inserção interdisciplinar e transversal da temática da Educação Fiscal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, organizado em formato de ensaio teórico, desenvolvido no âmbito do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

Na etapa atual, realiza-se o levantamento e a análise de referenciais teóricos sobre a relação entre trabalho e educação, fundamentos da EPT, currículo integrado, Ensino Médio Integrado e Educação Fiscal.

Como o estudo está em desenvolvimento, as discussões apresentadas são parciais e concentram-se, neste momento, na construção do referencial teórico do problema investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Humanização, trabalho e educação

Conforme Borges (2017, p. 103), “aquilo que define o homem como ser, para além do mundo natural, é o trabalho”. Para Engels (1986), o trabalho produz o homem, pois o processo de hominização – entendido como a evolução dos seres humanos desde os seus primórdios – está essencialmente ligado ao desenvolvimento do trabalho.

Desse modo, o trabalho representa elemento-chave para a formação humana. Por meio dele, o homem modifica a natureza e também se molda. É um processo humanizador, que vai além da mera busca pela sobrevivência. Permite que o indivíduo desenvolva suas capacidades em todas as dimensões, contribuindo para a construção de sua identidade e sua



inserção social. Portanto, o trabalho exerce um papel fundamental na constituição do sujeito social.

Neste sentido, Borges (2017) afirma que o processo educativo é humanizador, uma vez que proporciona o desenvolvimento da capacidade ontológica dos seres humanos. Para a autora, a educação possui uma função social muito importante no processo de humanização e evolução do homem, individualmente e como espécie.

A partir dessa compreensão, trabalho e educação se constituem de forma intrínseca, “se o trabalho é princípio fundamental para compreender a sociedade, também o é para compreender a educação” (Machado, 2023, p. 12). Nessa seara, nasce a ideia do trabalho como princípio educativo, que preconiza a compreensão do trabalho como base para a educação.

Isso significa que a educação não se limita à mera transmissão de conteúdos ou ao simples preparo para o trabalho. Ao contrário, trata-se de um processo humanizador, por meio do qual os sujeitos se apropriam do conhecimento histórico produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão crítica da realidade e sua transformação social.

Entretanto, a compreensão do trabalho não se limita à sua dimensão educativa, pois este apresenta diferentes sentidos construídos historicamente e influenciados pelas relações sociais. Ao discutir a compreensão e os sentidos do trabalho, Machado (2023) afirma que o termo “trabalho” é polissêmico e desperta questionamentos. Enquanto se revela como elemento base da formação humana e dos direitos de cidadania, também constitui e organiza o sistema produtivo alienante do capital.

É sob esse caráter contraditório do trabalho que se insere a educação. Ao mesmo tempo em que contribui para reproduzir as desigualdades históricas, também se configura como um instrumento e espaço de resistência e de luta “na medida em que se permita a apropriação dos saberes mais desenvolvidos que os homens puderam sistematizar como riqueza humana, promotora de mais desenvolvimento e como riqueza de todos” (Borges, 2017, p. 123).



Educação profissional e tecnológica, dualidade e formação humana integral

Para Castro *et al.* (2023, p. 518), “a concepção dos ensinos básico, tecnológico e superior, no Brasil, está intimamente relacionada ao escravismo colonial, ao patrimonialismo e ao patriarcalismo, que estruturam o Estado brasileiro desde os primórdios de sua formação”. Diferentemente do ensino superior, a educação técnica não tinha por objetivo a formação de “doutores”; estava direcionada, sobretudo, à inclusão social de “jovens de famílias pobres”.

Nesse sentido, Ciavatta (2023) retrata a história da Educação Profissional em nosso país, sob “Esperanças, lutas e (in)dependências”, apresentando-a “como parte das estratégias de um sistema patriarcal e concentrador de renda, de exploração da mão de obra e de acumulação do capital” (Ciavatta, 2023, p. 13).

Sob esse aspecto, Pacheco (2011) afirma que a educação é um projeto democrático, que deve ser construído coletivamente, em recusa à lógica do capital, na qual o currículo é visto como um mero transmissor do conhecimento, a favor da sociedade capitalista.

Nessa lógica, a educação precisa vincular-se aos objetivos estratégicos de um projeto que almeje não somente “a inclusão nessa sociedade desigual”, mas também “a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social”. Para construir essa sociedade, é necessária uma escola conectada ao mundo do trabalho e sob uma ótica “radicalmente democrática e de justiça social” (Pacheco, 2011, p. 8).

É nessa concepção que a Educação Profissional e Tecnológica desempenha papel fundamental, ao possibilitar o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, preparando-os para o enfrentamento de desafios do mundo do trabalho, afirmando seu comprometimento com a formação humana integral.

No contexto brasileiro, essa perspectiva se efetiva por meio da criação dos Institutos Federais (IFs), que Pacheco (2011) vislumbra como o novo mundo possível. “O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível” (Pacheco, 2011, p. 29).

A partir dessa compreensão, os IFs apresentam-se como uma possibilidade de enfrentamento dessa dualidade educacional, ao articularem trabalho, ciência, tecnologia e cultura na integração entre formação geral e profissional. Tais princípios visam à formação



humana integral e emancipatória, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos críticos, ativos e conscientes de seu papel social.

Currículo integrado, interdisciplinaridade e transversalidade

É nesse tópico que o currículo integrado se revela como peça central na discussão. Segundo Moreira e Silva (2011), o currículo corresponde tanto a uma questão de conhecimento quanto de identidade. Para os autores, trata-se de uma construção social e cultural que expressa decisões importantes sobre o que é valorizado em nossa sociedade, bem como quem detém o poder de decidir tais escolhas.

Nesse sentido, o currículo não é neutro, pois carrega ideias, valores e interesses de grupos sociais. Além de transmitir conhecimentos, também contribui para a formação da identidade dos sujeitos, influenciando seus modos de pensar e agir.

Assim, o currículo integrado surge como uma proposta que busca articular diferentes dimensões do conhecimento. Segundo Rodrigues (2023), o currículo integrado consiste no estreitamento entre ciência, tecnologia, técnica e cultura, como resultado de um esforço cognitivo coletivo que visa organizar o conhecimento de forma articulada, contribuindo para a formação integral do sujeito.

No Ensino Médio Integrado, essa perspectiva se torna essencial. Não se trata apenas de integrar disciplinas ou reunir conteúdos técnicos e gerais, mas de construção de ações educativas que trabalhem as situações cotidianas no processo educativo. Nesse contexto, a interdisciplinaridade e a transversalidade se destacam.

Sob essa perspectiva, o currículo integrado não somente organiza o processo educativo, como também possibilita uma compreensão mais ampla das questões sociais, promovendo a integração entre o conhecimento obtido na escola e as experiências práticas vivenciadas pelos estudantes. É nessa concepção que se insere a Educação Fiscal.

Educação fiscal no currículo integrado

Segundo o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), a Educação Fiscal “visa compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, a partir da adoção de uma abordagem didático-pedagógica



interdisciplinar e contextualizada, capaz de favorecer a participação social” (Brasil, 2014, p. 14). Nesse sentido, contribui para o desenvolvimento de valores, atitudes e competências necessários ao exercício da cidadania na relação entre Estado e sociedade (Brasil, 2014).

Nessa perspectiva, configura-se como um instrumento relevante para a formação cidadã, ao promover o entendimento sobre a arrecadação, a aplicação dos recursos públicos e o papel do cidadão nesse processo. Ao ser desenvolvida de forma integrada ao currículo, amplia as possibilidades de reflexão crítica e participação social.

Ademais, o desenvolvimento dessas atividades, por meio do planejamento pedagógico de cada instituição educacional, sob a ótica da Base Nacional Comum Curricular e de forma intra, inter e transdisciplinar, possibilita ampliar a discussão sobre a importância socioeconômica dos tributos, propiciando aos estudantes oportunidades de aprendizado acerca da tributação e de seu papel social como contribuinte e cidadão (Brasil, 2026).

No Ensino Médio Integrado, essa abordagem demonstra potencial significativo, ao permitir que o tema seja desenvolvido e permeie por diferentes componentes curriculares, promovendo a compreensão da função social dos tributos e das responsabilidades coletivas e fortalecendo a cidadania fiscal.

A partir das discussões apresentadas, ao conceber o trabalho como princípio educativo, emerge a necessidade de uma formação que supere o mero preparo para o trabalho e que seja comprometida com a formação humana em sua completude. É no currículo integrado que isso se expressa e se concretiza.

Nessa direção, verifica-se que o currículo integrado não se limita à organização dos conteúdos escolares, mas também está vinculado a diferentes projetos de formação humana e de sociedade. Nessa perspectiva, distingue-se de propostas educacionais fragmentadas, pois se compromete com a criticidade e a formação humana integral e emancipatória dos sujeitos.

Ao articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia, o currículo integrado amplia as possibilidades de inserção de temáticas socialmente relevantes no processo educativo, vinculando-as às experiências práticas vivenciadas pelos estudantes.

Assim, a Educação Fiscal apresenta-se como possibilidade formativa na Educação Profissional e Tecnológica. Quando articulada ao currículo integrado, de modo interdisciplinar e transversal, deixa de ser uma abordagem normativa e passa a favorecer a



compreensão crítica das relações entre Estado e sociedade, dos direitos sociais e das políticas públicas.

No Ensino Médio Integrado, essa abordagem apresenta potencial significativo, ao permitir que a temática fiscal seja desenvolvida e permeie por diferentes componentes curriculares, promovendo a compreensão sobre a função social dos tributos e contribuindo para o fortalecimento da cidadania fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões levantadas neste estudo permitem compreender que a relação entre trabalho e educação constitui base importante para refletir sobre ações formativas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao compreender o trabalho como princípio educativo, evidencia-se a necessidade de uma formação comprometida com a formação humana integral. No contexto da EPT, essa perspectiva se concretiza no currículo integrado que, ao articular saberes, permite o diálogo com questões socialmente relevantes, abrindo espaço para a inserção da Educação Fiscal.

Considerando que se trata de estudo em andamento, as discussões apresentadas são preliminares. Ainda assim, indicam que a inserção da Educação Fiscal, por meio de uma abordagem interdisciplinar e transversal no currículo, especialmente no Ensino Médio Integrado, apresenta-se como uma possibilidade relevante, contribuindo para processos educativos alicerçados na formação humana integral, na criticidade e na emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p. 101-126, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/12747/8779/38317>. Acesso em: 3 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária (ESAF). **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Educação Fiscal no Contexto Social**. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **Cidadania Fiscal no Currículo Escolar**. Inclusão do tema "Cidadania Fiscal" no currículo escolar do ensino fundamental e do



ensino médio. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/cidadania-fiscal-no-curriculo-escolar>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CASTRO, Clóvis Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, 2023, p. 516-533. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983/3306>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CIAVATTA, Maria. História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, p. 1-16, e14776, jun. 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14776/3710>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, p. e15167, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 12 abr. 2026.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/InstitutosFederais.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.356>. Acesso em: 4 abr. 2026.

RODRIGUES, Ricardo Antônio. O currículo integrado e a necessidade de superação do mecanicismo e do positivismo. In: CAMBRAIA, Adão Caron; ANDRIGHETTO, Marcos José; CHAGAS, Taniamara Vizzotto (orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica no contexto da contrarreforma: concepções, experiências e dinâmicas investigativas**. Curitiba: CRV, 2023.